

Uma política consistente

Uma política econômica precisa mostrar, antes de mais nada, consistência teórica. Essa qualidade é condição necessária – mas não suficiente – para que inspire confiança no exterior e obtenha sustentação política interna – os dois ingredientes indispensáveis para que seja eficaz.

A nova política econômica brasileira parece, em geral, consistente. As metas que apresenta estão muito próximas dos cenários construídos por economistas e instituições privadas. Isso foi proposital. A nova equipe econômica quis indicar que não está inventando nenhuma pirotecnia, mas jogando dentro das regras clássicas. Algumas metas foram fixadas a partir de projeções pessimistas – e isso também teve um propósito. A idéia foi a de ganhar credibilidade ao mostrar que o governo não estava caindo no erro tão comum de trabalhar com o cenário mais róseo. Temos, portanto, uma política bem amarrada e apresentada de maneira até bastante convincente, como indica a reação positiva do mercado. Eis aí uma boa novidade: a comunicação desta vez parece estar funcionando no sentido de criar expectativas positivas. Isso posto, a nova equipe sai em busca dos outros dois ingredientes. O Brasil tem uma óbvia carência de dólares para cumprir seus compromissos externos básicos. Neste momento, o Brasil precisa que bancos e investidores ampliem as linhas de cré-

dito à exportação, passem a renovar empréstimos e financiamentos e, afinal, tragam dinheiro novo. Farão isso quando tiverem convicção de que a economia brasileira não entrará em colapso, de modo que eles não perderão dinheiro aqui. A propósito, deve-se notar que os bancos não perderam dinheiro no Brasil, ao contrário do que lhes aconteceu na Ásia e na Rússia. Como registrou Joelmir Beting em sua coluna de ontem, os bancos estrangeiros aqui instalados tiveram, no ano passado, um ganho de 15,4% sobre o patrimônio líquido. O que foi uma ninharia comparado com os lucros obtidos na desvalorização, pois estavam estocados em dólar.

O leitor sabe, entretanto, que bancos só gostam de emprestar para quem não precisa de dinheiro – e o Brasil precisa neste momento. Mas precisa menos do que antes, tal é o recado que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente do BC, Armínio Fraga, começam a transmitir hoje aos investidores externos. Com um superávit primário maior, o governo terá mais sobras para pagar juros e, assim, restringir o crescimento da dívida. E, com a desvalorização já ocorrida, a taxa de juros pode ser menor,



justamente porque não precisa mais embutir o risco de desvalorização. Juros menores aliviam a despesa financeira do governo. Como disse o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Enrique Iglesias, a verdade é que o Brasil está fazendo sua parte, cabendo agora ao setor privado participar desse esforço de recuperação. Mas, além desse dever, haveria interesse dos bancos? A resposta é sim. Há capitais aqui investidos e a economia privada já deu mostras de

dynamismo. Portanto, argumentos há. Alguns fatos também, como a votação da CPMF – peça final do ajuste fiscal – e a queda na cotação do dólar. Há também apoios externos importantes, como o do presidente Bill Clinton, renovado agora depois do novo acordo com o FMI. É possível, entretanto, que a recuperação da confiança externa também dependa do outro fator de eficácia da política econômica, a sustentação interna. Depois do tropeço da Câmara dos Deputados na votação da medida provisória dos inativos e depois da rebelião de alguns governadores estaduais, já administrada, o fato é que o governo FH recuperou sua capacidade de ação política. Os próximos três meses, entretanto, serão críti-

cos. Teremos uma combinação explosiva de inflação em alta, recessão, desemprego elevado e política monetária apertada, com juros altos. Haverá pressões por indexação salarial e pela queda imediata dos juros. Se for obrigado a ceder nesses dois pontos, o governo estará abrindo caminho para a aceleração da inflação, terminando por deteriorar o cenário. Para resistir às pressões, o governo precisa convencer os brasileiros – e sua base política – de que as coisas vão melhorar depois de um período duro que, no entanto, pode ser bem menos longo do que parecia alguns dias atrás.

A política econômica precisa inspirar confiança no exterior e ter sustentação política interna

na cotação do dólar e, assim, ao início da redução dos juros. Isso aumentaria a confiança interna, o que abreviaria o período de recessão.

As linhas se cruzam e isso exige do governo uma ação de persuasão combinada aqui e no exterior. E, aqui, a participação-chave é do presidente Fernando Henrique em pessoa.

À mídia, presidente.

A confiança externa, trazendo mais dólares, levaria à queda